

CIMAR – CIMENTOS DO MARANHÃO S.A.

1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 1ª Emissão de Debêntures da CIMAR – CIMENTOS DO MARANHÃO S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: CIMAR – CIMENTOS DO MARANHÃO S.A.
- CNPJ/MF: 15.129.010/0001-07
- Atividades: a fabricação, a comercialização varejista e a importação de cimento, cal, produtos calcários e correlatos, bem como a mineração de insumos destinados à indústria do cimento, com o aproveitamento e a exploração de jazidas minerais, o seu beneficiamento e comercialização varejista e a importação de matérias primas minerais e correlatos destinados ao mesmo fim, podendo exportar, importar para seu próprio uso ou comercialização varejista; além da administração de bens próprios e de terceiros e participação em outras empresas, na qualidade de acionista ou quotista.

Características da Emissão

- Emissão: 1ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 29/10/2012
- Data de Vencimento: 29/10/2019
- Banco Escriturador/Mandatário: Banco Bradesco S.A.
- Código Cetip/ISIN: CIMA11/ BRCIMADBS001
- Coordenador Líder: Banco Bradesco BBI S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados ao financiamento de parte da construção de uma fábrica de cimento (moagem) pela Emissora localizada na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, com custo total estimado de R\$87.000.000,00 (“Projeto”), observado que (a) a Emissora poderá utilizar até R\$25.000.000,00 desses recursos para realizar a recomposição de seu caixa e/ou quitação de contratos de mútuos celebrados com seus acionistas com vistas à implementação de investimentos iniciais no Projeto, e (b) os R\$7.000.000,00 adicionais necessários para a implementação do Projeto serão obtidos por meio

de investimento direto no capital social da Emissora por parte de seus acionistas.

- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE, realizada em 28/09/2016, foi aprovada a alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, em virtude da deliberação e aumento do seu capital social.

3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

- ➔ Atividade Principal: 23.20-6-00 - Fabricação de cimento;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

- ➔ Liquidez Geral: de 0,32 em 2015 para 0,76 em 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 0,94 em 2015 para 1,40 em 2016;
- ➔ Liquidez Seca: de 0,52 em 2015 para 0,81 em 2016;

→ Giro do Ativo: manteve-se em 0,52 em 2015 e 2016.

- Estrutura de Capitais

A Companhia apresentou redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 89,4% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também apresentou redução de 94,7% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou redução de 88,1% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Exigível a Longo Prazo redução de 60,6% de 2015 para 2016 e uma variação negativa no índice de endividamento de 56,1% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado: (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 1.000.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 120,50% do DI
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Amortização Extraordinária:

23/03/2016 – R\$ 675.000,000000

Juros:

23/03/2016 – R\$ 64.587,710000

29/04/2016 – R\$ 5.175,413749

29/10/2016 – R\$ 27.356,033250

Prêmio:

23/03/2016 – R\$ 5.400,000000

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 80

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 80

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: conforme item 4 acima;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas da Emissora, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória.

As Debêntures contam com a seguinte garantia (i) fiança, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

(i) Denominação da companhia ofertante: **COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS PLANOS - CBVP**

- Emissão: 1ª.
- Valor da emissão: R\$ 400.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 400;
- Espécie: quirografária com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures*: 10/05/2020;
*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) Fiança prestada por a) Cornélio de Almeida Brennand; b) Carlos Eugênio de Almeida Brennand; e c) Tereza Maria Brennand Oliveira;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

10/05/2016 – R\$ 74.749,878000

10/11/2016 – R\$ 78.629,085000

12. Parecer:

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora.

13. Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário: (Artigo 12, alínea l, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)



A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

Balço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	47	28
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	5.482	4.481
Contas a receber de clientes (Nota 8)	3.299	4.452
Estoques (Nota 9)	11.287	13.607
Tributos a recuperar (Nota 10)	6.060	5.950
Adiantamentos diversos	108	769
Outros créditos	589	974
	<u>26.872</u>	<u>30.261</u>
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Partes relacionadas (Nota 11 (b))	646	661
Tributos a recuperar (Nota 10)	4.807	7.010
Tributos diferidos (Nota 12)	26.570	20.571
	<u>32.023</u>	<u>28.242</u>
Imobilizado (Nota 13)	127.579	130.363
Intangível (Nota 14)	3.748	5.236
	<u>163.350</u>	<u>163.841</u>
Total do ativo	<u>190.221</u>	<u>194.102</u>

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores (Nota 15)	2.676	5.298
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	3.167	-
Debêntures (Nota 17)	9.423	22.205
Salários e encargos sociais (Nota 18)	1.575	944
Tributos a pagar (Nota 19)	1.160	2.726
Outros passivos	1.167	1.139
	<u>19.168</u>	<u>32.312</u>
Não circulante		
Partes relacionadas (Nota 11 (b))	33	88.425
Debêntures (Nota 17)	16.975	59.515
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	41.167	-
Provisão para contingência (Nota 20)	123	-
	<u>58.298</u>	<u>147.940</u>
Patrimônio líquido		
Capital social (Nota 21)	113.618	58.400
Reserva de Lucros (Nota 22)	23.207	-
Prejuízos acumulados	(24.070)	(44.550)
	<u>112.755</u>	<u>13.850</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>190.221</u>	<u>194.102</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2

Demonstração do resultado e do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Demonstração do resultado		
Receita de vendas (Nota 23)	98.996	101.322
Custo dos produtos vendidos (Nota 9)	<u>(85.891)</u>	<u>(91.941)</u>
Lucro Bruto	13.105	9.381
Despesa com vendas (Nota 24)	(11.451)	(9.527)
Gerais e administrativas (Nota 25)	(9.550)	(9.968)
Outras receitas líquidas (Nota 26)	<u>16</u>	<u>1.220</u>
Prejuízo operacional	(7.880)	(8.894)
Despesas financeiras (Nota 27)	(11.821)	(14.523)
Receitas financeiras (Nota 27)	673	527
Variação cambial (Nota 28)	<u>769</u>	<u>(2.235)</u>
Resultado financeiro líquido	(10.379)	(16.231)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(18.259)	(25.125)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 29)	<u>5.999</u>	<u>8.454</u>
Prejuízo do exercício	(12.260)	(16.671)
Demonstração do resultado abrangente		
	2016	2015
Prejuízo do exercício	(12.260)	(16.671)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente	(12.260)	(16.671)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
CIMAR Cimentos do Maranhão S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CIMAR Cimentos do Maranhão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CIMAR Cimentos do Maranhão S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

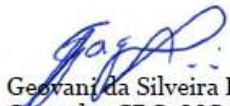
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2017



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" MA



Geovani da Silveira Fagunde
Contador CRC 1MG051926/O-0 "S" MA